



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIVISÃO DE APOIO AO COMITÊ INTERFEDERATIVO – DCI/PRESID

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

1
2
3
4
5
6
7
8 Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, às treze horas e vinte minutos, no
9 Auditório 2 do Ibama Sede, em Brasília/DF, teve início a 22ª Reunião Ordinária do Comitê
10 Interfederativo, instituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC,
11 firmado após o Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa),
12 o novo Presidente do CIF cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, apresentando-se na
13 titularidade do cargo. Os membros do CIF parabenizaram o novo Presidente, destacando seu perfil
14 técnico, e também se manifestaram positivamente quanto à condução da Presidente do Ibama durante
15 o período em que presidiu o CIF. Foi destacado que, no âmbito do TTAC, o Ministério do Meio
16 Ambiente possui duas cadeiras no CIF, cabendo a indicação pelo Ministro dos membros que
17 representem o MMA no Comitê. Adiante, o Prefeito de Mariana sugeriu a criação de grupo de trabalho
18 para analisar os repasses financeiros das medidas compensatórias previstas na Cláusula 232 do TTAC
19 aos municípios, ressaltando a importância da iniciativa em razão da falta de informação sobre os
20 critérios para os repasses de recursos. Mencionou que o orçamento previsto para o quadriênio
21 2016/2020, período relativo ao mandato dos Prefeitos, gira em torno 1,25 bilhões de reais. Por fim,
22 convidou o Presidente do CIF para participar do Fórum de Prefeitos, a ser realizado no dia 8 de
23 fevereiro em Governador Valadares/MG. O Prefeito de Rio Doce frisou que não existe um
24 planejamento acerca das medidas compensatórias, enfatizando a necessidade de articulação entre as
25 Câmaras Técnicas e as correlações entre os programas. Sugestão de reunião intercâmaras para tratar
26 do tema. Amplo debate. O Secretário da SEAMA manifestou o interesse de que o Governo do ES
27 participe do futuro GT sobre as medidas compensatórias. O representante da AGERH asseverou sobre
28 a necessidade do estabelecimento de regras para regulação do assunto, de modo a evitar uma corrida
29 por recursos entre os municípios integrantes do TTAC, citando como exemplo as diretrizes do
30 Programa de Saneamento e Resíduos Sólidos, definidas em conjunto com a participação de todos os
31 Prefeitos. **Encaminhamento E22-1: A Secretaria Executiva fará análise técnica preliminar para**
32 **definição de linhas temáticas e critérios relativos aos repasses financeiros da Cláusula 232, com**
33 **consultas à Renova. O tema provavelmente será pautado na parte restrita da manhã do primeiro dia**
34 **da próxima reunião do CIF, com a presença de todos os coordenadores de CTs, quando também haverá**
35 **nivelamento e alinhamento entre todas as CTs, com orientações gerais de funcionamento.** O
36 coordenador da CTBIO reforçou a necessidade das CTs se integrarem para maior interface nos
37 trabalhos. O Secretário da SEMAD reforçou a necessidade de que a questão da coordenação da CT-
38 SHQA seja resolvida celeremente, devido transversalidade da CT com os programas do TTAC, e
39 propôs que a ANA e o CBH-Doce deem continuidade ao bom trabalho executado até o momento.
40 **Encaminhamento E22-2: A SECEX fará ofício e reunião com a diretoria da ANA tratando do tema.**
41 **Serão feitos contatos com membros da CTSHQA visando a realização de reunião da CT em fevereiro.**
42 Na sequência, mencionou sobre a situação de Resplendor, informando que a outorga para captação
43 no córrego Barroso, manancial utilizado como fonte alternativa emergencial, será indeferida, em
44 razão da indisponibilidade hídrica. Também informou que, devido à resistência da população de
45 Resplendor em consumir a água do rio Doce, a Renova vem arcando com gastos volumosos para
46 fornecimento de água captada no rio Manhuaçu através de caminhões-pipa, recursos estes que
47 poderiam ser utilizados em outras ações de saneamento previstas no TTAC. Assim, considera
48 importante o envolvimento do Ministério da Saúde e demais membros da CT-Saúde na avaliação do
49 caso, para que possa ser definida estratégia de comunicação à população local de que não há riscos à
50 saúde pelo consumo da água captada e tratada do rio Doce. **Encaminhamento E22-3:**
51 **Recomendações para que a CT-Saúde e a CT-CPDCS em conjunto com a SEMAD e Governo de**

52 Minas Gerais se alinham traçando estratégias de ação e envidem esforços para a implantação de um
53 Plano de Comunicação sobre a qualidade da água do rio Doce, com foco específico em Resplendor.
54 O coordenador da CTOS relatou que a Renova apresentou um plano de indenização para pescadores
55 artesanais, sem diretrizes do CIF ou da CTOS. O Presidente do CIF respondeu que a CTOS deverá
56 trabalhar em conjunto com a CT-IPTC e relatar à Presidência do CIF, via NT, sobre os pontos
57 convergentes e divergentes e, caso necessário, poderá ser exarada deliberação para adequação.
58 **Encaminhamento E22-4:** CTOS e CTIPTC farão discussões e análise conjunta do plano de
59 indenização para pescadores artesanais. O coordenador da CTBIO ressaltou que, embora a pesca
60 continue proibida na foz, a população continua pescando. Frisou que as políticas de indenização
61 capitalizaram os grupos pesqueiros, os quais investiram em redes, motores e barcos. Na região onde
62 havia quarenta pescadores ativos, hoje são mais de cem regulamentados, o que gera preocupação com
63 a intensidade do retorno da pesca e os respectivos impactos ambientais. Reiterou a necessidade de
64 interação entre as CTs e solicitou registro em ata de que não houve interrupção da pesca, e que há
65 incertezas em relação à contaminação do pescado e os riscos potenciais à saúde humana, segundo
66 apontam alguns estudos realizados por universidades, os quais continuam sendo comercializados. Por
67 fim, sugeriu que a ANVISA seja alertada sobre o caso. **Encaminhamento E22-5:** SECEX entrará em
68 contato com DIPRO/IBAMA e com IEMA/ES verificando possibilidade de realização de vistoria.
69 Pesca proibida em âmbito judicial. Verificar possibilidade da Renova apoiar o trabalho com
70 disponibilização de embarcação marítima. **Encaminhamento E22-6:** Oficiar a ANVISA instando
71 manifestação sobre quais os eventuais requisitos para análise se os recursos pesqueiros (pescado e
72 crustáceos) estão próprios para o consumo. O Secretário da SEAMA protocolou documento da
73 Colônia Pesqueira Z-5, no qual os pescadores alegam que também foram prejudicados pela
74 interrupção da pesca na foz do rio Doce, solicitando análise da CTOS para futuras indenizações.
75 **Encaminhamento E22-7:** CTOS analisará a demanda da Colônia Pesqueira Z-5. A representante da
76 Casa Civil solicitou resposta jurídica do GAJ sobre o pedido do painel de especialistas pela Renova,
77 tema pautado para o dia seguinte, quando será devidamente tratado. O Presidente do CIF relatou a
78 dificuldade de instalação do painel nos termos do TTAC, devido à estrutura das instituições públicas.
79 O representante da AGERH solicitou levantamento dos custos da captação de água do rio Doce e em
80 fontes alternativas e solicitou que o tema seja pautado nas próximas reuniões. O Presidente do CIF
81 informou que existem diversas demandas para a CT-SHQA, tais como a liberação das obras para o
82 saneamento, a regionalização dos consórcios, as captações alternativas, a questão de Resplendor, as
83 estruturas de triagem de resíduos sólidos urbanos, entre outros. Mencionou a divergência entre as
84 áreas da saúde pública e do meio ambiente quanto às competências institucionais, a qual atualmente
85 se encontra judicializada, como exemplo a água de consumo humano, água tratada, em Governador
86 Valadares, e sugeriu a promoção de fóruns e consultas públicas para esclarecimento da divergência.
87 O Secretário da SEAMA comunicou que alguns órgãos públicos capixabas que não foram listados no
88 anexo da Cláusula 141, os quais arcaram com gastos extraordinários e devem ser ressarcidos, sendo
89 orientado para enviar ofício ao CIF justificando a solicitação de inclusão dos demais órgãos públicos
90 do Estado do ES com atuação nas ações do TTAC. O coordenador da CTEI informou que os
91 ressarcimentos de outros gastos públicos realizados após a assinatura do TTAC estão pendentes de
92 diretrizes, visto que não há acordo sobre o ressarcimento dos municípios, o que travou o ressarcimento
93 dos Estados e da União. **Encaminhamento E22-8:** SECEX verificará junto a CTEI nivelamento da
94 questão de ressarcimentos de gastos públicos e identificação de ações necessárias a efetivação dos
95 pagamentos. Em seguida, passou-se para a parte aberta da reunião, com a apresentação dos presentes.
96 A leitura da pauta foi dispensada e o Secretário-Executivo do CIF fez breves informes gerais,
97 solicitando o envio dos calendários de reuniões das CTs e a atualização dos respectivos membros. A
98 nova membro suplente representante da SEGOV, Jumaida Moreira, foi formalmente apresentada. Foi
99 comunicado que o Governo de MG indicou os representantes para composição do NAF. O Secretário-
100 Executivo do CIF mencionou que o ressarcimento ao Ibama, previsto no anexo da Cláusula 141, que
101 ocorrerá por meio da compra de equipamentos de infraestrutura de informática, encontra-se nas
102 tratativas finais. Ao final dos informes, houve atualização dos andamentos das respostas às consultas
103 jurídicas do CIF pela PFE-Ibama. Adiante, foi apresentada a minuta do Relatório Bianual das

104 atividades do CIF, elaborado pela SECEX, em atenção ao art. 9º, inciso XIII, do Regimento Interno
105 do CIF. O Secretário-Executivo do CIF fez breve histórico dos trabalhos nos anos de 2016 e 2017,
106 citando as reuniões ordinárias, extraordinárias e intercâmaras, as deliberações e notificações, e os
107 seminários realizados. O Presidente do CIF informou que vem sendo estruturado junto à Renova a
108 possibilidade de apoio de secretariado de governança, para auxílio nos trabalhos administrativos das
109 CTs, visando a elaboração de um painel de acompanhamento da execução do TTAC, como
110 instrumento de fortalecimento da governança. Ao serem tratadas as indicações aos Conselhos da
111 Renova, as quais estariam finalizadas, o representante da Fundação informou que o representante dos
112 atingidos em MG renunciou ao cargo no Conselho Consultivo da Fundação Renova, solicitando
113 registro em ata. **Encaminhamento E22-9: Necessária indicação de novo representante.** O
114 representante do Conselho Consultivo da Fundação Renova presente na reunião protocolou
115 documento com recomendações ao CIF. Ao final, foi tratada a NT nº 05/2017 SECEX/CIF, sobre as
116 sugestões de alterações ao TTAC, e foram exibidas imagens da vistoria aérea e terrestre realizada pela
117 Presidência do CIF no dia 27 de outubro de 2017, no trecho entre Fundão e Candonga. O Relatório
118 final da SECEX será finalizado até o final de março. Adiante na pauta, o coordenador da CT-Rejeitos
119 apresentou proposta de deliberação para notificação pelo descumprimento da Cláusula 180 do TTAC,
120 que trata sobre o estudo de identificação de áreas de irrigação ao longo do Rio Doce, o qual foi
121 reprovado, com solicitação de complementações. Leitura integral da minuta. Breve explicação sobre
122 o contexto das análises entre as CTs e dos ajustes dos estudos a serem realizados conforme as NTs nº
123 06 e nº 10 da CT-Rejeitos. Segundo informação do IEMA, as datas e os prazos foram previamente
124 acordados com a Renova. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 142.** Seguindo a pauta, foi
125 apresentada a NT nº 1/2018/CT-FLOR/GABIN, que analisou o documento “Edital de Pagamentos de
126 Serviços Ambientais – PSA Doce fase 01”. A coordenadora da CT-FLOR ressaltou que o edital
127 engloba apenas 600 dos 40 mil hectares a serem recuperados, tratando-se de projeto piloto que não
128 cria impedimento para que a Renova continue a recuperação das APPs em outras áreas. Amplo debate
129 com contribuições dos representantes dos Estados de MG e ES. Discussões sobre o ISA e o CAR.
130 Leitura das premissas para o PSA previsto no edital, o qual deverá ser publicado até o dia 28 de
131 fevereiro, após apresentação do cronograma pela Renova. Registro em ata: considera-se a solicitação
132 de outorga pelo uso da água pela propriedade ou posse como suficiente para efeitos de critérios para
133 adesão ao programa, alterando-se o item 18 da NT da CT-FLOR, e devendo ser incluída no edital.
134 Votação. Aprovada a **Deliberação nº 143.** Item seguinte da pauta, a coordenadora da CT-FLOR
135 apresentou proposta de deliberação para definição de prazo para atendimento da Deliberação nº 27,
136 que trata da seleção de áreas prioritárias para atendimento da Cláusula 161 do TTAC. A coordenadora
137 ressaltou a importância da medida para agilizar a recuperação das APPs e áreas de recarga da bacia
138 hidrográfica do rio Doce, bem como o controle de processos erosivos. Amplo debate. Pequenos
139 ajustes na redação, sendo determinado que a Renova encaminhe à CT-FLOR, até a data de 30 de
140 março, o estudo de mapeamento das áreas mencionadas. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 144.**
141 Próximo item da pauta, o coordenador da CTEI apresentou a NT nº 45, referente ao Programa de
142 retomada das atividades agropecuárias, contendo recomendações e definições para aplicação do
143 programa no Território 1 referenciado na NT, isto é, a área situada entre Mariana e a UHE Risoleta
144 Neves. Para o território entre Candonga e Regência, a Renova deverá elaborar um Plano para
145 retomada das atividades no prazo de 90 dias, o qual será analisado pela CTEI. O coordenador
146 mencionou que foi apresentado cronograma de execução de cada programa para o período de dez
147 anos, entre 2016 e 2026, cujo orçamento será de 126 milhões de reais, destacando-se os programas
148 de fomento à implantação do CAR e de regularização ambiental, os quais deverão ser avaliados pela
149 CT-FLOR. Amplo debate sobre o ISA. Foi discutida a necessidade de ajustes ao ISA, que contém
150 alguns critérios e indicadores que extrapolam a competência da Renova, tais como o grau de
151 escolaridade e o endividamento. O representante da Renova solicitou registro em ata de que a equipe
152 da Fundação foi impossibilitada de participar das últimas reuniões da CTEI, requerendo que as
153 equipes da Renova possam participar dos debates em todas as câmaras técnicas, os quais embasam
154 as NTs e as respectivas propostas de deliberações. Ajustes na redação da ementa. Votação. Aprovada
155 a **Deliberação nº 145.** Item seguinte da pauta, foi apresentada a NT CTEI nº 46, contendo as

156 conclusões preliminares do relatório das atividades do GT de Disponibilidade de Energia em Mariana.
157 O coordenador da CTEI afirmou que o estudo demonstra que a região de Mariana tem restrições
158 importantes na oferta de energia e que novos empreendimentos de grande porte e a expansão dos
159 negócios na região podem estar comprometidos por um período de quatro anos. Assim, faz-se
160 necessária a redistribuição elétrica por meio de uma nova linha de transmissão, entre as subestações
161 de Viçosa 2 e Ouro Preto 3, pois, caso a UHE Risoleta Neves não retorne à operação em patamares
162 elevados, a restrição à recuperação econômica na região poderá persistir. A próxima reunião com a
163 COPASA provavelmente encerrará os trabalhos do GT, após a devida avaliação das possibilidades e
164 arranjos para a antecipação da construção da linha de transmissão. Em seguida, foi apresentada a NT
165 CTEI nº 44, a qual avaliou os relatórios executivos da Renova sobre o Programa de Estímulo à
166 Contratação Local. Em relação à contratação de mão de obra local, o coordenador frisou que a
167 utilização do site da Fundação como único meio de divulgação das vagas parece insuficiente,
168 destacando que tampouco há informações sobre a articulação com as comunidades locais, associações
169 de moradores, sindicatos ou instituições similares. Assim, a CTEI avalia como pertinentes a
170 ampliação e a diversificação da divulgação das vagas, via rádios locais, associações comunitárias e
171 prefeituras. Os programas de treinamento e qualificação da mão-de-obra devem ser ampliados em
172 sincronia com a melhor e maior divulgação das oportunidades de emprego. O relatório não faz
173 menção sobre utilização da mão obra oriunda dos programas de treinamento e das parcerias com
174 SEBRAE, SINE, SESI e outras instituições que qualificam empresas, conforme NT CTEI nº 27, e
175 menciona apenas a apresentação de fornecedores nos SINEs dos municípios. Apesar do esforço na
176 utilização de mão de obra local ter demonstrado alguns resultados positivos, ainda existem
177 fragilidades, como no mês de outubro de 2017, quando a Renova contratou 305 profissionais, dos
178 quais apenas 88 encontravam-se nos municípios diretamente impactados, isto é, somente 29%. Em
179 relação à contratação de fornecedores locais, o coordenador da CTEI ressaltou que as informações
180 constantes no relatório não demonstram, de forma efetiva, como ocorre a priorização, reduzida a
181 critério de desempate, o que aponta que o modelo de concorrência adotado pela Renova reduz
182 significativamente a efetividade da contratação local. Após a avaliação do relatório, a CTEI solicitou
183 que a Renova envie novo relatório referente ao ano de 2017 com indicações sobre as compras locais
184 para cada município e para os municípios contíguos, devendo conter informações sobre o número de
185 trabalhadores, massa salarial e atividade exercida, assim como sobre o número de contratos e a
186 quantidade e valores dos bens e serviços adquiridos. Foi mencionado que diversas questões referentes
187 ao relatório estão sendo discutidas com o MPE/MG. A NT elaborada pela CTEI facilitará a elaboração
188 do relatório de 2017, que também deverá informar as contratações indiretas da Renova. Amplo debate.
189 Discussão acerca do “sobre preço” praticado pelos fornecedores locais. Em seguida, foi apresentada
190 a proposta de deliberação com ajustes à Política de Contratação Local da Renova, no prazo de trinta
191 dias. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 146**. Na sequência, o coordenador da CTEI apresentou a
192 NT nº 47, referente à denúncia sobre a locação de veículos, apresentada pela Câmara de Vereadores
193 de Mariana. Na NT, a CT conclui que a denúncia não demonstra o descumprimento das Cláusulas 134
194 e 135 do TTAC, devendo ser arquivada. **Encaminhamento E22-10: o CIF elaborará resposta à**
195 **Câmara de Vereadores de Mariana, via ofício, encaminhando a NT CTEI nº 47 e comunicando a**
196 **improcedência da denúncia.** Ao final, foi apresentada a NT CTEI nº 49, relativa ao projeto de criação
197 de peixes em tanques suspensos e aquaponia. O coordenador da CTEI ressaltou que o projeto piloto
198 prevê a instalação de 24 unidades que serão divididas entre quatro comunidades e associações
199 capixabas, no prazo de 6 meses. Se o projeto piloto for bem-sucedido, poderá ser implantado nas
200 demais áreas impactadas. A CTEI também sugeriu que a Renova avalie a possibilidade de implantação
201 do projeto em Jacaraípe/ES. Amplo debate. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 147**. Por fim, a
202 análise dos pleitos da FAPAE foi retirada de pauta para avaliação da CTOS. Foi sugerida a
203 possibilidade de reunião intercâmaras com a CTBIO. A ausência da CT-Saúde na reunião foi
204 devidamente justificada, tendo em vista a força tarefa no combate ao surto de febre amarela no Estado
205 de MG. Devido ao avanço da reunião e à extensão da pauta, foi sugerida a retomada no dia seguinte
206 uma hora antes do previsto. Todos de acordo. A reunião se encerrou às dezoito horas e trinta minutos
207 do dia vinte e nove de janeiro de dois mil e dezoito. Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e

208 dezoito, às nove horas e trinta minutos, no Auditório 2 do Ibama Sede, em Brasília/DF, foi retomada
209 a segunda parte da 22ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo, instituído no âmbito do
210 TTAC, firmado após o sobre o Desastre de Mariana/MG. O Presidente do CIF cumprimentou todos
211 os presentes e reiniciou os trabalhos propondo a inversão de pauta para antecipar a apresentação da
212 CT-ECLT, via videoconferência, cujo coordenador fez informes acerca do andamento dos programas.
213 Quanto ao Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar, informou
214 que a futura NT recomendará a extensão do apoio psicossocial aos alunos egressos do sistema
215 municipal para o estadual, em Mariana e Barra Longa. Com relação ao Programa de Preservação da
216 Memória Artístico e Cultura, comunicou que recebeu os Termos de Referências da Renova para a
217 contratação dos responsáveis pelo monitoramento arqueológico e pela realização do inventário dos
218 bens materiais e imateriais da região, sendo recomendada a contratação de instituições competentes,
219 por meio de parcerias entre a Renova e a FAPEMIG/FAPES. Destacou a reunião agendada para o dia
220 31 de janeiro com o MPF e ressaltou que os programas se encontram na fase de discussão do escopo.
221 No que tange ao Programa de Apoio ao Turismo e Esportes, mencionou divergência entre a CT-ECLT
222 e a Renova em relação aos valores propostos para serem alocados, visto que a CT os considera
223 insuficientes para as ações de cultura e turismo, destacando que vem sendo realizado levantamento
224 dos valores financeiros mínimos necessários para os atendimentos, os quais serão apresentados via
225 NT na próxima reunião do CIF. No que se refere ao Programa de Educação Ambiental, também será
226 elaborada NT e provavelmente pautada na próxima reunião. Em relação à proposta da Escola em
227 Tempo Integral em Mariana, ressaltou que ainda não recebeu resposta jurídica da AGU, mas adiantou
228 o posicionamento da CT de que se trata de medida reparatória. Por fim, citou a escola no distrito de
229 Povoação, em Linhares/ES, para a qual também há pendências relativas à resposta jurídica, uma vez
230 que a Renova alega que a ampliação da unidade escolar não é de sua competência, ao contrário do
231 entendimento da CT-ECLT. **Encaminhamento E22-11: SECEX verificará status das análises**
232 **jurídicas com apoio da PFE.** Em seguida, o representante da auditoria independente EY informou que
233 será protocolado durante a semana o documento atualizado do POP para esclarecimentos de
234 determinadas ações de gestão financeira, sob responsabilidade da consultoria PwC, referente à
235 auditoria do relatório anual e do planejamento. Também mencionou que algumas questões sobre o
236 ressarcimento e o planejamento anual de 2017 também estão em análise pela EY. Adiante, o
237 Presidente da Renova apresentou o balanço do ano de 2017 e as prioridades para o ano de 2018.
238 Inicialmente, destacou que, das 30 mil solicitações de cadastro, cerca de 21 mil cadastros já foram
239 validados pelo CIF, referentes às duas primeiras campanhas de cadastros que já foram concluídas.
240 Em relação aos danos da água, informou que mais de 360 mil pessoas foram atendidas e mais de 200
241 mil indenizações foram pagas, frisando que cerca de 98% das pessoas atendidas aceitaram a proposta
242 de indenização da Renova. A meta para 2018 será a finalização das negociações e indenizações.
243 Quanto aos danos gerais, afirmou que existem mais de 7 mil negociações em andamento, sendo que
244 mais de duas mil propostas foram aceitas e 441 antecipações concluídas. Na sequência, destacou
245 algumas iniciativas, tais como o encontro de prosa e saberes para a revitalização do rio Doce,
246 “Plantando pelo Planeta” e o Projeto Douradinho, enaltecendo a importância da participação dos
247 jovens para a formação da percepção de futuro para o vale do rio Doce. Também discorreu sobre a
248 parceria com o BANDES e o BDMG no Fundo Desenvolve Rio Doce, com o objetivo de
249 fortalecimento financeiro dos fornecedores locais. Informou que 83 profissionais da saúde foram
250 contratados: médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras. O estudo
251 epidemiológico e toxicológico analisará indicadores por um período mínimo de 20 anos, sendo 10
252 anos antes e 10 anos depois do rompimento da barragem de Fundão. O Presidente da Renova
253 prosseguiu mencionando que 56 mil pessoas passaram pelas reuniões de diálogo coletivo e que cem
254 pessoas trabalham no canal 0800 para atender cerca 2,4 mil chamados por dia, de modo que a
255 Ouvidoria terá papel central em 2018. Ressaltou a consolidação teórica do Plano de Manejo de
256 Rejeitos e destacou que as metas para o próximo ano serão as entregas das propostas e projetos para
257 todos os trechos da bacia, a conclusão da caracterização das lagoas de Linhares, a realização das
258 análises de risco ecológico e à saúde humana e a conclusão da análise de risco à saúde humana nas
259 áreas piloto. Ademais, informou que o retorno operacional da Usina de Candonga depende da

260 dragagem de 1,5 milhão/m³ de rejeitos no trecho de 400 metros a partir da barragem da UHE, frisando
261 que a nova meta será o reestabelecimento da mesma até julho de 2018. Comunicou que mais de cem
262 tributários foram reabilitados e que mais de dez mil pescadores foram cadastrados, sob declaração de
263 dependência da atividade pesqueira. Dentre as ações concluídas em 2017, mencionou a antecipação
264 de indenização para pescadores profissionais no ES e a entrega de cartões do auxílio financeiro para
265 pescadores que perderam temporariamente sua fonte de renda. Para 2018, a Renova pretende concluir
266 o plano de retomada da pesca e viabilizar a superação das restrições formais que impedem o retorno
267 dos pescadores à sua atividade. Quanto ao reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues,
268 informou que haverá reunião com o MP no início de fevereiro, em Belo Horizonte, com a participação
269 dos envolvidos para resolução dos entraves que paralisaram as atividades. A representante da SEMAD
270 informou que a paralização do processo de discussão do desenho urbano do reassentamento de Bento
271 Rodrigues atrasou o andamento do cronograma acordado com a comissão dos atingidos, que prevê
272 etapas a serem cumpridas antes da formalização do processo de licenciamento ambiental. Também
273 mencionou a audiência de conciliação que será realizada no Fórum de Mariana no dia 6 de fevereiro,
274 para tratativas sobre a ACP movida pelo Ministério Público Estadual. Adiante, o Presidente da
275 Renova comunicou que foram realizadas melhorias em 14 ETAs e que 24 municípios captam água
276 em fontes alternativas, por meio de adutoras ou de poços. Para 2018, haverá o início das obras das
277 ETAs de Baixo Guandu, Mascarenhas e Bonisegna, dos projetos da Unidade de Tratamento de
278 Resíduos nas ETAs, com treinamentos dos operadores do sistema, e do comissionamento da ETA de
279 Regência. Por fim, citou a conclusão da dragagem e do alteamento do dique S3, a construção do aterro
280 do dique S4 e do barramento de Nova Santarém. A meta para 2018 será atingir a cota 820 do
281 barramento do Eixo 1. O secretário da SEAMA sugeriu que a Fundação Renova reúna especialistas
282 para apresentação de proposições que demonstrem a estratégia para a integralização das informações
283 de saúde e meio ambiente para a próxima reunião. A representante da SEMAD ressaltou que na
284 reunião intercâmaras ocorrida em novembro de 2017, houve encaminhamento para a organização de
285 seminário para debates acerca da qualidade do pescado, cujo escopo seria elaborado pela coordenação
286 da CT-BIO e da CT-Saúde. Também sugeriu que o conflito pelo uso da água e as intervenções dos
287 agricultores fossem adicionadas à pauta do seminário. Próximo ponto de pauta, foi apresentado o
288 novo coordenador da CT-BIO, João Carlos Thomé, que discorreu sobre a NT nº 02/2018, a qual
289 recomenda a rejeição da justificativa apresentada pela Renova às complementações ao Plano de
290 Trabalho em atendimento à Cláusula 165 do TTAC, e a notificação pelo descumprimento das
291 Deliberações nº 79 e nº 112. Ampla debate sobre o TR nº 4. O representante da Renova informou que
292 a contratação será resolvida em breve, visto que houve posicionamento favorável do Conselho de
293 Curadores da Fundação Renova, necessitando-se apenas da resposta da CT-BIO acerca da
294 metodologia para elaboração do TR. A CT-BIO se prontificou em encaminhar documentação de
295 subsídio à Renova. Discussões sobre o histórico do TR com participação de membros da CT por
296 videoconferência. Pequenos ajustes da redação, alteração da ementa e unificação dos prazos. Inclusão
297 de novo item. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 148**. Seguindo a pauta, a proposta de deliberação
298 sobre o PAN de fauna e flora terrestre foi retirada de pauta, tendo em vista que os documentos foram
299 protocolados no CIF no mesmo dia, reportando o início das atividades. Será realizada reunião
300 emergencial entre a CT-BIO e a Renova para tratativas sobre o assunto e demais encaminhamentos.
301 Na sequência, o coordenador da CT-BIO apresentou a NT nº 01/2018 e a proposta de deliberação para
302 aprovação das adequações realizadas no “Plano de Trabalho para estudos de avaliação dos impactos
303 gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão nas Unidades de Conservação”, em atendimento à
304 Cláusula 181 do TTAC e à Deliberação nº 138. Ampla debate. Ajustes de redação. Votação. Aprovada
305 a **Deliberação nº 149**. Em seguida, a proposta de deliberação para definição de prazo para
306 atendimento da Deliberação nº 74 também foi retirada de pauta, com manifestação de compromisso
307 pela Renova. **Encaminhamento E22-12: A Renova encaminhará, em 15 dias, o Mapa requerido para**
308 a **Área Ambiental 1**. Foi retomado o debate acerca de quais proposições devem ser objeto de
309 deliberação do CIF. Foi sugerida a elaboração de normativa interna sobre o formato e conteúdo do
310 que deve ser registrado em ata, o que deve ser respondido por ofício, quais os atos dos coordenadores
311 das CTs, e o que deve ser deliberado. **Encaminhamento E22-13: SECEX, em articulação com**

312 membros do CIF, proporá normativa de ordenamento e sistematização de seus atos e comunicações.
313 Próximo item da pauta, o coordenador da CTOS solicitou inclusão de item extra pauta para
314 deliberação do CIF, para validação dos Lotes 018 e 019 do cadastro integrado. Todos de acordo. O
315 coordenador ressaltou que os lotes contêm informações referentes à 1.787 famílias, 5.581 pessoas e
316 2.211 propriedades, destacando que não haverá mais pendências relativas às pessoas que solicitaram
317 inserção no cadastro integrado. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 150**. Na sequência, o
318 coordenador da CTOS fez informes gerais sobre a estimativa da quantidade total de impactados, o
319 acordo para a extensão do processo de cadastramento até o fim do ano e o andamento da terceira
320 campanha de cadastro até o dia 30 de junho. Com relação à política de pesca, informou que a Renova
321 demandou a validação do cadastro de pescadores, o que representa 80% das indenizações. Quanto à
322 pesca de subsistência, informou que a Renova apresentou proposta de meio salário mínimo e a DPU
323 solicitou a aplicação do critério de elegibilidade do Benefício de Prestação Continuada, adotado pela
324 jurisprudência dos Tribunais Superiores. A representante da CT-IPCT solicitou reunião com a CTOS
325 para nivelamento de informações sobre o pagamento de indenizações aos pescadores artesanais de
326 comunidades tradicionais. Após informes sobre a validação do Termo de Quitação e a
327 disponibilização de assistência jurídica, cuja tentativa de parceria entre a Renova e Universidades da
328 região foi impugnada pela OAB, o coordenador da CTOS tratou do Painel de Especialistas sobre o
329 PIM, solicitado pela Renova acerca da possibilidade jurídica do desconto do auxílio emergencial do
330 lucro cessante. O Defensor Público Federal apresentou dois questionamentos formais, sendo o
331 primeiro acerca do posicionamento do GIRD no sentido de que, conforme a Cláusula 246 do TTAC,
332 a Renova não tem legitimidade para acionar o Painel de Especialistas, por não ser parte signatária do
333 Acordo. O segundo aspecto abordado pelo GIRD é a impossibilidade do CIF instalar um Painel de
334 Especialistas com foco jurídico, sem consulta prévia à AGU, AGE e PGE, as quais representam os
335 Governos Federais e Estaduais. O Defensor Público Federal também argumentou sobre a natureza do
336 Painel de Especialista, criado para dirimir conflitos referentes à área ambiental, e não acerca da seara
337 jurídica. Também discorreu sobre a falta de especificidade do documento apresentado pela Renova.
338 Amplio debate. Encaminhamento E22-14: não haverá descontinuidade das determinações exaradas
339 nas Deliberações nº 111 e nº 119. A AGU será consultada para se manifestar sobre a possibilidade do
340 CIF contratar assessoria jurídica externa, acerca da legitimidade da Renova para acionar o Painel de
341 Especialistas e se o referido Painel pode tratar de tema eminentemente jurídico, à luz do TTAC. Breve
342 histórico sobre as dificuldades enfrentadas durante os dois anos do TTAC e a busca incessante de
343 consenso entre as partes para solucionar os conflitos. Sugestão de discussão entre os advogados das
344 empresas mantenedoras e os Procuradores da AGU e Defensores do GIRD. Foi anunciado que em
345 breve será oficialmente criada a Instância de Assessoramento Jurídico do CIF, a ser formalizada
346 mediante Portaria assinada pela Advogada-Geral da União. Encaminhamento E22-15: SECEX
347 agendará reunião com um advogado de cada empresa, Samarco, Vale e BHP, um advogado da Renova,
348 um representante da AGU, da AGE, da PGE e do GIRD, para discussão acerca da possibilidade de
349 conciliação em relação à natureza jurídica do Auxílio Financeiro Emergencial, em uma tentativa de
350 conciliação previamente ao eventual Painel de Especialistas, para instrumentalização do Conselho de
351 Curadores da Fundação Renova para tomada de decisão. Às treze horas a reunião foi suspensa para
352 o almoço, sendo retomada às quatorze horas. O próximo item da pauta versou sobre o
353 restabelecimento da coordenação da CT-SHQA. O Presidente do CIF contextualizou o cenário de
354 mudanças na direção da Agência Nacional das Águas e os seus reflexos na coordenação da CT,
355 informando que existem membros indicados pelo CBH-Doce para a suplência da coordenação. Em
356 seguida, foi sugerido o envio de ofício à nova direção da ANA, reafirmando a importância da
357 participação da Agência nesse momento crucial de implantação e consolidação dos programas
358 socioambientais. Os membros do CIF apoiaram a sugestão e reafirmaram a necessidade de
359 participação da ANA no direcionamento dos trabalhos da CT-SHQA, sendo proposto que a ANA
360 prossiga na coordenação da CT em razão do caráter técnico de excelência e as atribuições legais
361 relacionadas aos assuntos tratados pela CT, a qual vem desempenhando um grande serviço de
362 utilidade pública desde a sua instalação. O representante da ANA na CT-SHQA informou que recebeu
363 a orientação para repassar todas as informações disponíveis para quem assumir a coordenação da CT

364 e para contribuir no processo de transição. Registra-se o seguinte **Encaminhamento E22-2**
365 (repetição): A SECEX fará ofício e reunião com a diretoria da ANA tratando do tema. Serão feitos
366 contatos com membros da CTSHQA visando a realização de reunião da CT em fevereiro. Na
367 sequência, o representante da ANA apresentou a NT nº 17 da CT-SHQA que recomenda o
368 indeferimento da solicitação de prorrogação de prazo relacionado ao cumprimento da Cláusula 171
369 do TTAC. O pleito da Renova teve sua análise concluída na 18ª Reunião Ordinária da CT-SHQA, na
370 qual foi consolidada a posição de sugerir ao CIF o indeferimento da solicitação de dilação por um
371 ano do prazo para a elaboração dos projetos dos sistemas alternativos de abastecimento, uma vez que
372 não foram apresentados ou identificados elementos que expressem a ocorrência de qualquer evento
373 fortuito e relevante que justifique o não atendimento do prazo estabelecido no TTAC. Também foram
374 apresentadas fragilidades dos sistemas de abastecimento de água de algumas localidades e foi
375 reforçada a necessidade de celeridade na implementação de um plano e de ações de comunicação, em
376 função da rejeição da população em ser abastecida por água tratada proveniente do rio Doce, sendo
377 mencionadas algumas pequenas inconsistências entre o relatório apresentado pela Renova e a
378 realidade em campo. **Encaminhamento E22-16:** SECEX oficiará a Renova com a NT nº 17 anexa,
379 para ciência e providências. O representante da Renova solicitou que fosse registrado em ata a
380 ausência da equipe da Fundação na última reunião da CT-SHQA, frisando que os seus representantes
381 não tinham conhecimento prévio do conteúdo da NT, cujo conteúdo não estava previsto na pauta,
382 apesar da apresentação do documento ter sido sugerido pelos membros, como item extra pauta. A
383 próxima reunião da CT-SHQA, prevista para fevereiro, será coordenada pelo CBH-Doce, com o apoio
384 do CIF, da ANA e do IGAM. Por fim, foi esclarecido questionamento procedimental do GTA-
385 PMQQS, sobre o direcionamento de Ofícios e outros encaminhamentos. Foi decidido que o GTA, a
386 Renova e as demais CTs deverão enviar os documentos para a SECEX, com cópia para a ANA,
387 durante a fase de transição da coordenação da CT-SHQA. Foi solicitada informação sobre o
388 encaminhamento acordado na última reunião do CIF, para que a SECEX formalize consulta às
389 procuradorias federais para elaboração de resposta ao ofício da Renova no qual declara que não
390 custeará o acompanhamento dos programas pelos servidores designados. Preocupação em especial
391 com o GTA-PMQQS. O Secretário-Executivo informou que o questionamento foi remetido à PFE
392 em dezembro e encontra-se sob análise jurídica. **Encaminhamento E22-17:** SECEX verificará o
393 status da análise jurídica e alternativa que viabilize o necessário acompanhamento dos programas e
394 cláusulas do TTAC. Adiante na pauta, a representante da CT-IPTC fez breve histórico de mudanças
395 da coordenação da CT e ressaltou as dificuldades enfrentadas pela FUNAI e Fundação Cultural
396 Palmares para secretariar a CT. Destacou o andamento das ações em relação à comunidade de
397 Degredo e fez informes gerais. Na sequência, apresentou a NT nº 01/2018, a qual expõe os motivos
398 para a redefinição da coordenação e da primeira e segunda suplências da CT-IPTC. Votação.
399 Aprovada a **Deliberação nº 151**. Em seguida, o representante da Renova solicitou o envio dos
400 documentos disponibilizados pelas CTs, juntamente com a convocação e publicação da pauta da
401 reunião, para melhor preparação da Fundação. Requerimento aceito pelo Presidente do CIF.
402 **Encaminhamento E22-18:** A SECEX encaminhará convite à Renova com proposta de pauta e
403 documentos anexos nos mesmos moldes já realizados nas convocações dos membros do CIF. Último
404 item da pauta, os representantes dos municípios de MG reapresentaram a solicitação de criação do
405 Escritório de Prefeitos. Foi exibido o Despacho nº 646/2017 da PFE-Ibama, que versa sobre a
406 possibilidade de custeio pela Renova de escritório para acompanhamento de projetos e ações
407 municipais, a ser instituído devido à dificuldade dos Prefeitos da calha do rio Doce no
408 acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo CIF, Câmaras Técnicas e Fundação, para o qual
409 será necessária a locação de uma sala, a contratação de técnicos, além de outros custos como energia,
410 internet, veículo e gasolina. O Procurador Federal do Ibama respondeu que, ao analisar as cláusulas
411 do TTAC, não se pode vislumbrar, a princípio, óbice jurídico à assunção pela Renova, por mera
412 liberalidade sua, dos custos relativos à criação, estruturação e manutenção do escritório reivindicado
413 pelos representantes municipais, cabendo apenas reforçar a ressalva já exposta na reunião do CIF de
414 setembro, no sentido de que não cabe a esse vidual núcleo decidir questões relacionadas à execução
415 dos programas e ações do TTAC diretamente com a Fundação, devendo respeitar a estrutura já

416 existente do CIF e o fluxo de trabalho com as CTs respectivas. Foi solicitado à Renova o recurso para
417 atendimento desse pedido. O representante da Renova questionou em qual Programa do TTAC essa
418 iniciativa estaria contemplada, bem como se poderiam ser utilizados recursos das medidas
419 compensatórias. Amplo debate. **Encaminhamento E22-19: os Prefeitos de MG encaminharão**
420 **documento formal com escopo, objetivo e maiores detalhamentos, sobre o projeto de criação do**
421 **Escritório de Prefeitos, assim como em qual programa se enquadraria, para apreciação da Renova e**
422 **do CIF, com análises posteriores das CTs, dentre elas, a CTEI e a CTOS.** Finalizados os itens de pauta,
423 o conselheiro do Conselho Consultivo da Fundação Renova solicitou celeridade no reassentamento.
424 O representante da AGERH solicitou a formalização do Fórum de Prefeitos. O Prefeito de Mariana
425 reiterou a solicitação de celeridade na análise jurídica acerca do ensino em tempo integral no
426 município, em razão da proximidade do início do ano letivo. O Secretário-Executivo do CIF informou
427 que a demanda se encontra sob análise jurídica na PFE e que provavelmente será emitida resposta até
428 meados de fevereiro. O Prefeito solicitou reunião extraordinária para tratar do assunto. Amplo debate.
429 O Prefeito de Baixo Guandu questionou acerca do procedimento para inclusão de pontos específicos
430 no TTAC, como, por exemplo, a escola em tempo integral em Mariana, a qual, a princípio, não se
431 encaixa como medida reparatória ou compensatória. O Presidente do CIF respondeu que, para
432 alterações pontuais, contudo de significativa relevância, faz-se necessário protocolo de petição
433 específica ao juiz do TTAC, com o aval das partes signatárias, para apreciação. A 22ª Reunião
434 Ordinária do CIF se encerrou às dezesseis horas e trinta minutos do dia trinta de janeiro de 2018.

